

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL  
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICA E PLANEJAMENTO URBANO - TURMA 2016  
ARTIGO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**TÍTULO:**

**A CONFORMAÇÃO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS URBANOS CONTEMPORÂNEOS: O  
CASO DE FORTALEZA**

AUTORA DISCENTE: DANIELLE FERREIRA MARCOS NINA  
ORIENTADOR DOCENTE: PROFESSOR EDWIN MUÑOZ GAVIRIA

**Rio de Janeiro**  
**2017.1**

## **RESUMO**

O artigo investiga analiticamente de forma crítica a relação do desenvolvimento urbano das cidades particularizando como foco e objeto de estudo a cidade de Fortaleza e suas formas de conformação e produção desequilibrada do meio ambiente urbano. Este estudo, examina, nesse contexto, a imergência de complexos conflitos ambientais em âmbito urbano, reconhecendo, como pressuposto, o meio ambiente como um grande inventário cultural e ambiental das cidades, fundamentalmente, espaços de direito coletivo com função política e social que na ordem desenvolvimentista capitalista contemporânea se constituem em espaços territorializados, lugares de consumo e consumo de lugar.

**PALAVRAS CHAVES: desenvolvimento urbano, meio ambiente, desigualdade ambiental, conflitos ambientais urbanos, contemporaneidade.**

## **ABSTRACT**

This job analysis criticality the contact of urban development of cities focused in the Fortaleza city and their way of conformation and production under equilibrium of the environmental. It also examines, in this context, the growing of environmental conflicts on the urban sphere, recognizing the environment as a big cultural and political inventory, fundamentally, places of collective rights with the social and political functions which on the capitalist contemporaneous format being transformed in places for development markets and consumers preoccupation.

**KEYWORDS: urban development, environmental, inequality environment, urban conflicts, contemporaneity.**

## **1.INTRODUÇÃO**

Este artigo é formado por seis partes sendo as três primeiras de natureza expositiva e teórica no que concerne a compreensão da problemática contemporânea advinda do desenvolvimento urbano, discutindo as formas de apropriação dos territórios e como estão expostas as relações entre a natureza e a sociedade e como se sucedem os processos de transformações naturais e conflituosas entre os sujeitos do espaço. O quarto item apresenta descritivamente como Fortaleza historicamente se urbanizou e como foi produzido o meio ambiente urbano desequilibrado que possuímos nos dias atuais, trazendo as lógicas de desenvolvimento econômico espacializadas no território fortalezense e a conformação panorâmica dos seus principais conflitos ambientais. O último capítulo explora o surgimento do papel das políticas públicas socioambientais no Brasil e conseqüentemente suas aplicações em Fortaleza. Nas considerações finais dedica-se em demonstrar uma síntese analítica de como se pode almejar para um processo de produção de um meio ambiente urbano mais equilibrado a partir do histórico de conformação dos principais conflitos ambientais de Fortaleza, refletindo, por esse

---

<sup>1</sup> Autora, arquiteta e urbanista formada em 2014 pela Universidade de Fortaleza e discente do curso de especialização de Política e Planejamento Urbano e Regional do IPPUR no ano de 2016.

prisma, formas de levantar uma reflexão e um alerta à cidade que estamos constituindo, trazendo questionamentos relevantes que devem ser temas de discussões urbanas por serem de extrema importância e estarem servindo de produtos para a urbanização desigual existente.

O grande desafio do artigo consiste no esclarecimento dos processos sociais que remetem à questão do meio ambiente, dessa maneira, objetiva demonstrar, panoramicamente, durante o texto, os conflitos associados a espaços comuns do ambiente natural de Fortaleza, levantando as problemáticas urbanísticas da cidade, integrando reflexões sobre as formas de intervenção física, pensando nas diferentes dimensões (sociológicas, econômicas, técnicas e de gestão urbana).

## **2.0 DESENVOLVIMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO: ENSAIOS DE COMPREENSÃO**

O desenvolvimento espacial do território na contemporaneidade é essencialmente capitalista, o qual concebe a partir da lógica da produção, da circulação e da troca das mercadorias, a política de organização da habitação e do solo urbano enquanto processos fundamentais para a acumulação de capital, "no entanto, a moradia e o solo urbano são mercadorias especiais", como destaca Harvey (1980). Mais do que isso, a produção da própria cidade é um mecanismo que subsidia a reprodução ampliada do capital. Assim, torna-se uma questão central nas disputas materiais e simbólicas, a disputa entre, de um lado, o solo urbano, habitação e meio ambiente como mercadorias e, de outro, a habitação e a terra urbana e seus recursos naturais como direitos sociais, ou seja, como valores de uso, sendo, portanto, resultante do conflito entre a mercantilização e a desmercantilização do território, havendo a interdição do acesso aos direitos para a maioria da população.

Ao mesmo tempo em que o urbano se compõe para favorecer as operações de compra, venda e circulação de mercadorias, oferta, o próprio consumo<sup>2</sup>, existindo a multiplicidade de paisagens, de localizações, topografias e simbologias, que de inúmeras formas absorvem à dinâmica mercantil do espaço, conflitando, principalmente, na conformação do visível registrada na disposição emblemática dos espaços livres, públicos e privados.

É na cidade, o território de predileção ao consumismo de bens que se exacerba ainda mais o contexto do urbanismo competitivo, que exalta o "lugar do consumismo e o consumismo de lugar"<sup>3</sup>, a partir de dinâmicas conduzidas de um culturalismo de mercado que concede cidades espetáculos, produções de megaeventos e a venda do espaço público, segregando, em primeira instância, a própria vida social. A venda macroeconômica do lugar germina de maneira intrigante a articulação entre a competição interurbana e o rentismo imobiliário, processos esses advindos e agravados pelo planejamento estratégico<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Para Marx: "Toda e qualquer produção é apropriação da natureza pelo indivíduo (...) produção é imediatamente consumo, e consumo imediatamente produção. Cada um é imediatamente o seu contrário. Mas opera-se simultaneamente um movimento intermediário entre os dois" (MARX, 1859: 205 e 209).

<sup>3</sup> Refere-se à expressão usada para comparação do consumo privado de bens e lugares e o não "consumo" coletivo. Como trazem, Cf. Matos (1997) e D'Agosto (2008).

<sup>4</sup> O planejamento estratégico, é também verdadeira fábrica de imagem, pois, mediante a necessidade de construir ou modificar as "imagens de marca" da cidade para projetá-la no exterior, se utilizam do *marketing* para promover seus principais "produtos", como por exemplo turismo, cultura ou serviços de ponta (Compans, 1997; Benach & Sánchez, 1998).

Dessa maneira, o antagonismo interurbano provoca flexibilização no sistema em busca da atração dos capitais internacionais, acarretando na liberalização das economias e competição de lugares a serem mais atrativos o que sacrifica sujeitos sociais em função de insumos de poluição ou gentrificação, como artifício a atrair maiores investimentos. Na vida cidadina, seja em países ricos ou pobres, industrializados ou não, a qualidade e desigualdade ambiental e social e a segregação territorial são os primeiros processos a se reproduzirem nesse quadro globalizante do consumismo. Nesse sentido, o que se observa é a inevitabilidade do desígnio da transição no papel do Estado as transformações no modo de gerir o território local, com o conhecido “empreendedorismo urbano”<sup>5</sup>, reorganizando o território e apropriando às exigências dos mercados liberalizados, causando impactos nas políticas sociais.

No caso brasileiro, caracterizado pela imersão no mercado internacional por meio de *commodities*, suas políticas governamentais destinam-se a reestruturar seus territórios em detrimento da concepção de condições favoráveis aos investidores por meio da condescendência de suas políticas e leis referentes aos direitos territoriais, que, flexibilizados, se tornam desidentificados coletivamente, conformando a privação e arruição dos direitos coletivos. Como observa Harvey (1994, p.247):

o livre fluxo do capital na superfície terrestre, por exemplo, põe uma forte ênfase nas qualidades particulares dos espaços para os quais o capital pode ser atraído. O encolhimento do espaço que faz diversas comunidades do globo competirem entre si implica estratégias competitivas localizadas e um sentido ampliado de consciência daquilo que torna um lugar especial e lhe dá vantagem competitiva. Essa espécie de reação confia muito mais na identificação do lugar, na construção e indicação de suas qualidades ímpares num mundo cada vez mais homogêneo, mas fragmentado.

A cidade é assim complexificada por processos de justiça ambiental<sup>6</sup>, sendo estas importantes questões a serem indagadas no que diz respeito à política fundiária e ambiental existentes, sabendo que o acesso e direito coletivo e individual não deveria sofrer quaisquer formas de distinções. A cidade necessita de movimentos de reivindicação à reconição de suas maiores especificidades e direitos confederados, tendo claro que seus mais significantes conflitos advêm da apropriação privada e mercantil destes territórios em prol da acumulação ampliada do capital.

O dissentimento sobre o coletivo se inicia a partir do ponto que temas ambientais e sociais são intrínsecos, subordinados à lógica do capital. Contudo, esse transcurso não é reconhecido pela parcela hegemônica da sociedade capitalista, ocasionando, a partir dos processos de produção dessas discrepâncias ambientais, adjunto ao progresso contínuo e natural da

---

<sup>5</sup> O empreendedorismo urbano é caracterizado pelo novo papel empresarial do poder local, assim como pelas crescentes parcerias entre a esfera pública, e a esfera privada que almejam investimentos e desenvolvimento econômico (Harvey, 1989).

<sup>6</sup> O conceito de Justiça Ambiental, elaborado pelo movimento de Justiça Ambiental, que aconteceu nos Estados Unidos, na década de 1980, propõe-se articular as preocupações ambientalistas e as lutas sociais, a partir do reconhecimento de que a degradação ambiental, a poluição e outros impactos indesejáveis do progresso urbano e industrial não atingem igualmente todos os agentes sociais da mesma forma.

acumulação por espoliação, termo trazido pelo geógrafo David Harvey (2004), o rebentamento de conflitos sociais, ambientais e territoriais, comprometendo o vínculo de dependência de todos os atores do território e sua reprodução social.

A cidade capitalista em sua forma material e simbólica se traduz em um estilo de vida, uma forma de organização social com inúmeros impasses e contradições sociais constituídos presentes na forma de apropriação do espaço. Esta realidade levanta a necessidade de incluir o direito à cidade, o direito de dizer em que cidade se quer viver, ou seja, inclui o direito de recriar a cidade que seja a expressão de outros valores que projetem um modelo de cidade desmercantilizada que recupere socialmente o seu valor de uso efetivamente para seus cidadãos.

### **3. ENTENDIMENTO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DESEQUILIBRADA DO MEIO AMBIENTE URBANO E A FORMAÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIOAMBIENTAIS: OS CONFLITOS AMBIENTAIS URBANO**

Quando desejamos iniciar o tema da questão ecológica na perspectiva das ciências sociais críticas, partimos do pressuposto que é impossível separar o meio ambiente da sua sociedade, pois se "trata de um mundo material socializado e dotado de significados. Os objetos que constituem o "ambiente" não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia, pois são culturais e históricos" (ACSELRAD, 2004, p. 7).

Assim, faz-se necessário refletir sobre como os processos sociais e os inventários ambientais são extraídos em diferentes territórios e que valores são concedidos nos distintos agentes do espaço, usos e interações.

Levando em consideração os processos ocasionadores da produção do território é condizente o entendimento de que as sociedades se retratam através de processos socioecológicos, em que os maiores e mais complexos conflitos provem da tensão entre os valores materiais e imateriais e significação dos recursos ambientais no território e suas formas de apropriação.

Faz-se necessário a compreensão existente no discurso que é apresentado vigorosamente por grandes grupos hegemônicos da nossa sociedade a respeito do tema meio ambiente e os danos ambientais. Estes, em maioria, responsabilizam as grandes perdas e desastres ambientais sobre as ações de todos os agentes do território, o que forma, no senso comum uma ideia democrática da distribuição dos efeitos dos males ambientais, a exemplo do que foi analisado no Seminário "Desigualdade Ambiental e Regulação Capitalista: da acumulação por espoliação ao ambientalismo espetáculo", ano 2012<sup>7</sup>. Porém, o que se quer discutir neste estudo é que a concepção de desigualdade ambiental vem fundada pelo consenso de que a mesma não é universal e igualitária entre todos, o que permite ainda asseverar que muitos dos danos ambientais decorrentes possam ser observados preponderantemente sobre agentes sociais vulneráveis, testemunhando a disseminação desequilibrada do desenvolvimento urbano e econômico.

---

<sup>7</sup> Evento realizado nos dias 31 de maio e 1º de junho de 2012, a partir do laboratório ETTERN, coordenado pelos professores Carlos Vainer e Henri Acselrad, no Auditório do IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Rio de Janeiro.

É com a lógica do capitalismo liberal e subsequente otimização econômica mundial que se é possível a maior flexibilização de leis e códigos ambientais e em uma racionalidade global isso vai atingir as sociedades e países mais fragilizados e necessitados de novos negócios urbanos e atrativos econômicos. Este fato, reverbera na questão da "mercantilização e da privatização de bens não mercantis"<sup>8</sup>, como a água, florestas e até mesmo do próprio ar.

A produção desequilibrada do território perfaz as desigualdades ambientais e propiciam a existência dos conflitos, sejam eles caracterizados como ambientais, urbanos ou territoriais, pois a partir da espacialização que dificulta a presença de agentes sociais vulneráveis, cuja necessidade de se perpetuarem e se produzirem socialmente necessitam intimamente de seus vínculos territoriais a partir de elementos biológicos e geofisiográficos, como as comunidades ribeirinhas, indígenas, camponeses e entre outros povos tradicionais, grupos sociais que são reconhecidos pelo Estado e grandes grupos privados como "obstáculos ao processo de acumulação de capital", conforme o Coletivo Brasileiro de Pesquisadores da Desigualdade Ambiental (2012). Assim, é possível observar como sucede a performance do Estado na promoção do desequilíbrio urbano e ambiental a partir da acumulação por espoliação e asseguuração do funcionamento do "livre" mercado.

Os enfrentamentos ambientais contemporâneos nos revelam que a maneira de empoderamento, uso, aproveitamento e ajustes dos processos ambientais ecológicos que servem como alicerces para o desenvolvimento, são percebidos como deliberativos por parte da população que necessita que esses mesmos processos dependentes da natureza são essenciais para a composição do pósterio, diferentemente dos excessivos interesses econômicos e geopolíticos incorporados no processo.

#### **4.O CASO DE FORTALEZA: A PRODUÇÃO DESIGUAL DO MEIO AMBIENTE URBANO DE FORTALEZA**

Após essa introdução teórica que analisa amplamente os efeitos do desenvolvimento econômico na produção das cidades e seus desequilíbrios socioambientais, examinaremos a questão do território fortalezense produzido ano após ano, fazendo-se vital uma análise histórica que nos permite compreender a produção do espaço e meio ambiente urbano resultante das relações acumuladas entre sociedade e espaço ao longo dos processos de urbanização, realçando as influências do espaço no social mutuamente.

A construção do ambiente metropolitano de Fortaleza sucede de intervenções realizadas cujos objetivos eram inserir o Ceará no circuito de produção e consumo global a partir das particularidades socioespaciais distintas, desde os primeiros projetos de desenvolvimento de atividades rurais, depois a industrialização e posteriormente o novo mercado do turismo e metropolitização advindos da repercussão da indústria flexível.

---

<sup>8</sup> Na medida em que as potencialidades e deficiências dos lugares são hoje mais detalhadamente conhecidas e mensuradas à escala do mundo, as escolhas, para cada ramo de atividade, tornam-se mais precisas. Como traz Santos (1996, p.199): "É desse modo que os lugares se tornam competitivos. O dogma da competitividade não se impõe apenas à economia, mas, também, à geografia".

#### 4.1. História de ocupação do Ceará com Fortaleza à margem

Durante o processo de ocupação do território cearense podem ser levantados alguns pontos primordiais para a estruturação de sua rede urbana que trazem heranças ao desenvolvimento regional da Capital até os dias atuais. O Ceará, em comparação à ocupação das outras províncias do nordeste brasileiro, possuiu um retardamento advindo da necessidade de proteção do território contra invasões, sem significativa existência de desenvolvimento de alguma economia principal. A precedência do sertão em relação ao litoral, acontece devido "as primeiras práticas econômicas no Estado se desenvolverem a partir da pecuária extensiva, sendo esta formadora de processos sociais evidenciados por novas relações culturais, de trabalho, de comércio e de miscigenação" (PAIVA, 2016, p. 3).

Com a modernização industrial ocorreram diversas mudanças na passagem do século XIX, principalmente na infraestrutura implantada para a atividades da economia agroexportadora, como a construção de novas estradas de ferro e portos com intencionalidade de constituir um vínculo internacional. Foi a partir desse momento e com a insurgência de novos mercados, como a carnaúba e o café, devido a abertura dos portos, que Fortaleza inicia sua preponderância em relação as outras cidades cearenses assim como se destaca como prestadora de serviços terciários.

A segunda fase de industrialização no Ceará (1950 a 1980) é marcada pela grande concentração de pessoas e atividades em Fortaleza, efetivando as primeiras amostras de desenvolvimento urbano desigual. Em 60 anos, Fortaleza mais que quintuplica seu número de habitantes. É notório até nos dias atuais como a conformação da cidade segue ainda os mesmos zoneamentos e principais eixos viários advindos principalmente dos fluxos da industrialização.

A cidade desde os anos 1950 até os dias de hoje, pode ser dividida em três importantes zonas, a central e os corredores leste e oeste. A zona central reuniu entre as principais atividades a oferta de comércio e serviço, os mesmos podendo ser privados ou públicos, e foi onde ocorreu a construção e disposição dos principais equipamentos públicos urbanos e culturais de Fortaleza, como a praça do Ferreira, o Passeio Público, o Teatro José de Alencar, o mercado Central, a Catedral e outras inúmeras edificações de importante valor imaterial e histórico para a cultura fortalezense. No corredor oeste foi onde ocorreu a maior concentração das indústrias e conseqüentemente devido à essa caracterização mais industrial ocasionou a grande demanda de ocupação popular de Fortaleza. E por último, a zona leste, possuindo com principal pólo concentrador o bairro Aldeota, sendo a área das classes mais altas e privilegiadas economicamente com locais seletivos de convivência a exemplo dos clubes da década de 1960.

Com a expansão de Fortaleza tanto em números populacionais quanto em importância das atividades desempenhadas pelo setor terciário, ocorreram consideráveis sequelas a partir da hiperurbanização<sup>9</sup>. Outro efeito que vem ser percebido em meados da década de 1970, é a consolidação da classe média que promoveu repercussões significativas no território, tanto

---

<sup>9</sup> A hiperurbanização é um fenômeno que ocorre nos dias atuais, onde há um nível superior ao que se pode comparar com o nível da urbanização industrial, sendo um grande obstáculo para um desenvolvimento de qualidade, na medida em que não há disponibilidade de recursos a serem investidos na criação de infraestrutura, organização e oferecimento de serviços públicos a essas grandes aglomerações.

fortalezense como metropolitano, pois a mesma proporcionou a periurbanização<sup>10</sup> do litoral em busca de extensões litorâneas para o ócio e lazer ligadas às práticas de veraneio marítimo. Isso ocorre tanto na capital quanto nos municípios adjacentes à Fortaleza, vivenciando essa particularidade de dinâmica metropolitana até nos dias de hoje.

#### **4.2.Reordenamento socioespacial contemporâneo de Fortaleza**

Na transição da década de 70 a 80 do século XX, o mundo sente a nova dialética trazida pelo capitalismo liberalizado, a partir da descentralização do processos de produção e de maiores transições e possibilidades de conexões dos mercados internacionais provocadas pela hegemonia de uma nova racionalidade do consumo de bens e de lugares.

No território nacional brasileiro também são praticados os principais métodos para a inclusão do país no decurso contemporâneo de propagação do capitalismo. São apoderadas as principais práticas de expansão do capitalismo na redemocratização do Brasil, como a abertura econômica do mercado, aplicação de políticas neoliberais e de privatizações e dentre outras formas de assegurar a vivacidade do capital internacional.

O Nordeste, sempre suscetível às condições de ajustes da política nacional, nesse processo de globalização assiste a insolvência das agências de responsabilidades regionais. No Estado do Ceará, com o intuito de se voltar para os fluxos econômicos globalizados, adotam-se políticas de estímulo em três principais setores da economia cearense: o da indústria, o do turismo e o agronegócio, todos voltados para o mercado internacional, a partir do "Governo das Mudanças<sup>11</sup>" (GONDIM, 2001).

O turismo surge como encadeamento de uma nova maneira de gerir o território cearense, principalmente a partir de intencionar as atividades econômicas para as afluências internacionais globais, sendo a principal tática do setor terciário para se fortalecer. Assim, as políticas públicas promovidas pelo Estado, tendem a favorecer e garantir territórios promissores a partir da inserção de novos investimentos e intervenções especializadas nas diferentes escalas, tanto na capital, quanto em âmbito regional. Dessa maneira, intenta-se criar uma nova imagem para o Ceará enquanto um Estado promissor para novas atividades e prestações de serviços, sendo os novos eixos turísticos vistos pelos administradores públicos como promissores para a reestruturação socioespacial do território.

Observa-se que as principais infraestruturas criadas no território durante toda a sua conformação histórica e principalmente as redes viárias possuem importante função na dinâmica socioespacial, porém o que vale notabilizar são as implicações a partir da urbanização decorrida do turismo e suas particularidades como ferramentas para viabilizar o consumismo de lugar e a mercantilização dos mesmos. No caso do Ceará, principalmente em sua faixa litorânea, a discrepância de territórios na cidade e nas outras escalas. No caso de Fortaleza, faixa de litoral,

---

<sup>10</sup> A periurbanização resulta do processo de expansão urbana que vai ocupando áreas com atividades e funções relacionadas com residência, comércio, \ indústria ou serviços, alterando as principais características das paisagens.

<sup>11</sup> O governo, que ficou conhecido como "Governo das Mudanças" ou "Era Tasso", rompeu com a política do coronelismo e deixou marcas em áreas como saúde, educação, finanças e obras de convivência com a seca. Os impactos da disputa que marcaria não apenas a derrota de adversários de tradição política, mas, principalmente, o início de um novo modelo de gestão que modificou a realidade do Ceará.



seus moradores, em sua grande maioria, ficam subordinados a esse processo desigual e mercantil de ocupação do território.

Assim, o que podemos notar efetivamente é que a movimentação causada pelo novo polo gerador de atividades, o turismo, obteve uma significativa transformação estrutural nos eixos de transição no decurso da costa, sendo Fortaleza a zona onde se distribui os novos eixos paralelamente à costa, e não mais perpendicularmente. É a partir de Fortaleza, a maior centralidade do Estado, que se ramifica os fluxos turísticos e benesses da valorização da sua orla, assim como as de outros municípios adjacentes substanciando um espalhamento urbano.

Um dos fatores mais agressores e adversos a qualidade socioambiental que vem sendo provocados pela urbanização turística consiste em áreas transpostas do tecido comum do território, e supervalorizados que por muitas vezes produzem uma concentração de renda e notória segregação, que arremedam as novas construções imobiliárias, tanto provenientes das grandes redes hoteleiras e *resorts*, estimulando ainda mais o consumo e a expansão da aquisição da segunda residência. Observa-se também o crescimento da informalidade de empregos que se reproduz pela forma de ocupação seletiva do território, tanto em ambientes construídos, quanto naturais, cada vez mais valorizados a partir de certos interesses mercantis.

Fortaleza transforma-se assim em explícito processo de produção desequilibrada do meio ambiente, por intermédio do estabelecimento de incentivos locacionais que foram realizados a partir da promoção de melhorias de infraestruturas em certas partes do território, o que gerou uma superior transitabilidade condicionando a forma urbana atual.

#### **4.3. Fortaleza e o meio ambiente: Reconhecimento dos principais conflitos ambientais urbanos contemporâneos de Fortaleza**

Na tentativa de perceber o processo histórico de produção social do meio ambiente urbano de Fortaleza indaga-se sobre como o desenvolvimento de expansão urbana durante os anos se concatenaram com os recursos naturais da cidade, principalmente levando em consideração o extenso inventário ambiental de seus recursos naturais, posicionando-os como os principais sensibilizados.

Por conseguinte, baseado no propósito de analisar os conflitos ambientais emergidos na cidade fundamentado nos processos de mercantilização dos espaços e bens comuns somado à pesquisa de referencial teórico realizado no artigo, busca-se nessa parte do texto o reconhecimento e compreensão dos principais conflitos urbanos ambientais da cidade apoiado na identificação de diferentes agentes sociais do território cujas práticas espaciais estão em disputa, intentando compreender as formas de apropriação material do território e dos recursos que são acionados, assim como também as relações de desigualdade e de injustiça que lhes são inerentes como forma de lograr um panorama generalizado da situação ambiental da cidade.

As primeiras plantas baixas do território fortalezense não levava em consideração a proximidade da cidade com o litoral e sequer os principais recursos hídricos com exceção do Rio Pajeú que era representado em mapas e considerado como delimitador territorial que proporcionara um crescimento limitador na época, devido a ocupação e expansão acontecer adjacente a oeste do mesmo. (SOUZA, 2011). Percebe-se ao abandono do seu traçado ecológico

de crescimento respeitando as margens dos rios e lagoas para seguir a malha quadrangular, adotado na Europa, por estratégia dos donos das terras das cidades, na revolução industrial (MUNFORD, 1961).

Com o planejamento de Silva Paulet, a cidade ganhou novos eixos viários de expansão e novos edifícios, porém, estes ainda não possuíam nenhuma relação com o mar, sendo construídos muitas vezes em posições reversas à orla marítima. Foi somente a partir do planejamento de Adolfo Herbster<sup>12</sup>, em 1875, que Fortaleza conquistou novos conceitos e diretrizes relevantes que permanecem em sua malha até hoje. Herbster, com influência do urbanismo francês de Barão de Haussmann, busca introduzir na cidade *boulevares*, avenidas amplas, espaços verdes, praças que buscava o formato e simetria dos edifícios, porém como medidas com finalidade de introduzir os princípios do higienistas na cidade. É também nessa época que investe-se na integração do Rio Pajeú com a malha urbana, promovendo a ocupação leste do rio, buscando assim valorizar novas áreas.

É somente com a abertura do Porto, em meados de 1940, como já se foi comentado, que a cidade visiona a ocupação da orla marítima como potencial de lazer e valorização natural. Logo, surgem novos clubes, construções de casas de veraneio e a reforma da ponte dos Ingleses. Porém com o funcionamento do Porto do Mucuripe, observa-se inúmeras mudanças ambientais na área, causando danos irreversíveis ao local, que foi novamente se transformando e essa nova urbanização estilizada se voltando para praias vizinhas, como a do bairro Meireles e volta da Jurema.

Na década de 1960 com o planejamento de Hélio Modesto, inicia-se o projeto de construção da orla da Beira Mar, situada na fração mais rica da orla Fortalezense, buscando oferecer novos espaços públicos com apelo paisagístico para a cidade. Nessa mesma época, Fortaleza possante de diversos campos de dunas, lagoas e mangues, sofre com a expansão de novos empreendimentos nessas áreas vistas como novos potenciais para o mercado imobiliário e turismo, entra em cena o “mercado de terrenos urbanos determinante na concentração seletiva de grupos sociais” (SOUZA, 2011, p. 47). Isso proporciona a valorização de novas áreas urbanizadas (BERNAL, 2004) e gerando uma das principais indústrias de Fortaleza: a da construção civil, possuindo como consequência desse percurso histórico, Fortaleza perde parte significativa das suas áreas verdes (FORTALEZA, 2003).

Grande parte das zonas de praia, excluindo a parte que o mercado imobiliário desfrutou, eram segregadas das áreas comerciais e residenciais de melhor poder aquisitivo, existindo uma parcela da população mais pobre que se instalavam nessas zonas, devido a atividade pesqueira e por serem próximas das áreas centrais, o que proporcionava para esses moradores um valor de uso incontestável devido a essa proximidade com seus trabalhos, tantos como prestadores de serviço nos bairros ricos e também nas indústrias ou mesmo do próprio recurso natural que subsidiava a sua renda, como os catadores de carangueijo do mangue e os pescadores. Estas são as características da formação dos primeiros assentamentos precários, áreas que também

---

<sup>12</sup> Adolfo Herbster, pernambucano que desembarcou em Fortaleza quando tinha 29 anos de idade, com a função de engenheiro da província, devendo-se a cordoar e tudo mais que fosse concernente à sua profissão. Suas maiores contribuições foram os levantamentos de cartografias, como a planta de Fortaleza de 1852, assim como também construções de importantes edifícios, estradas e novas conexões para a cidade.

eram ausentes de infraestruturas urbanas e que sofriam rotineiramente com as movimentações de areia.

Relevante parte do território fortalezense era composto por campos de dunas, principalmente sua zona costeira, onde primitivamente configuraram um entrave para a ocupação da cidade formal, devido o fato de serem espaços inacessíveis e sem nenhuma demanda de infraestrutura básica.

O desenvolvimento e expansão da cidade e a falta de oferta de terras no mercado formal, fez com que grande parte dos campos de dunas fossem ocupados por grupos sociais desfavorecidos e as poucas urbanizações e melhorias que ocorrem nesses assentamentos informais é a partir da reivindicação e muita luta das comunidades mais organizadas com grupos políticos locais.

Importantes comunidades foram formadas e fortalecidas durante os anos nessa parcela do território, tais como as do Serviluz, as do Titanzinho, as da Praia do Futuro, do Pirambu, da Barra do Ceará e dentre outras, que estão locadas há mais de 40 anos no território e que com o desenvolvimento expansivo de Fortaleza e a procura de novos territórios turísticos e econômicos, sofrem incessantes ameaças de desocupação ou reurbanização por parte do poder público aliado a grandes empresas vinculados à oportunos interesses econômicos, tendo como exemplificação as propostas de instalação de um estaleiro, ou do novo terminal marítimo ou de um novo aquário, dentre outros mega projetos pontuais na cidade.

Outra parte significativa dos conflitos ambientais na zona costeira é a parcela conhecida como Praia da Futuro, local bastante turístico e usado tanto pela população tanto pelos visitantes e marcada pela existência de “barracas” que funcionam como complexos de lazer. Muitos se questionam da presença das mesmas na faixa de areia que deveria ser preservada e outros creem na consolidação das “barracas” como formadoras culturais, por representarem uma atividade e necessidade rotineira da população tanto para lazer, tanto como pela geração de renda e emprego, tanto como turística. O fato é a necessidade de controle urbanístico e medidas urbanas para o local, evitando o maior desgaste ambiental e cultural da região, analisando amplamente a complexidade da situação que há anos não foi realizado pelo poder público, mesmo compondo-se de uma zona de importante interesse da cidade e que vem subsistindo mudanças há 30 anos.

As relações dos rios e as cidades cada vez nos mostram o quão são conflituosas devido aos diferentes valores de uso e apropriação material que são praticáveis, no caso dos rios como infraestruturas de drenagem e saneamento ou como margem de território para a ocupação ou seus leitos como coletores de lixo e efluentes industriais e domésticos ou como fonte de pesca e sobrevivência, onde logra-se um cenário desordeiro entre a água e o urbano. Fortaleza possui 3 importantes rios que cortam seu território: o Rio Maranguapinho e Rio Ceará pela zona oeste, o Rio Cocó pela zona leste, além de outros riachos com relevantes significâncias ambientais.

Historicamente a ocupação das margens dos dois principais rios de Fortaleza, o Rio Maranguapinho e o Rio Cocó acontecem de maneira correlativa à orla, porém devido aos interesses políticos usurparam proporções diferentes de ocupação. Com o crescimento da cidade, nas décadas de 60 e 70, novos bairros aparecem em Fortaleza fazendo com que o crescimento

extrapole o eixo principal da cidade, ocasionando que o Rio Pajeú que hoje devido sua encanação é mais conhecido como Riacho Pajeú. Devido as localizações distintas dos rios, o Maranguapinho na zona oeste, caracterizada por uma ocupação precária, informal e derivante principalmente da urbanização industrial e do êxodo rural na cidade e o Rio Cocó que atravessa a cidade pela zona leste, relevante eixo de expansão de Fortaleza e que possui por sua extensão bairros prestigiados historicamente revelando realidades distintas de ocupação.

No território que condiz a bacia hidrográfica do Rio Maranguapinho poucas foram as intervenções e prudências ambientais por parte do poder público em empenhar-se em políticas públicas de planejamento durante sua ocupação. Posteriori aos primeiros anos de desenvolvimento, o Estado promove infraestruturas básicas em certos espaços, assim como também ofertam alguns loteamentos e construção de conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Porém as zonas mais próximas ao rio sempre sofreram com as problemáticas de ocupação irregulares e riscos ambientais relevantes sofrendo com significativos desastres ambientais, tais como enchentes nas épocas de chuva abundante na cidade.

A bacia do Rio Cocó, possui uma parte significativa do seu leito próxima à zona mais estilizada, onde percebe-se um maior surgimento de equipamentos urbanos significativos durante o decorrer dos anos visando o fortalecimento de valorização imobiliária nessa zona de interesse. Porém, nas áreas mais periféricas do seu leito, também declina-se com a ocupação irregular e danos ambientais, existindo também por sua extensão assentamentos precários e áreas ainda não consolidadas e com grande potencial ambiental e de lazer para a população, inclusive, essas áreas estão em constante debate urbano por representarem zonas de especulação imobiliária e de desenvolvimento neoliberalista, em que são apresentados frequentemente projetos urbanos, tais como de abertura de novas vias, construção de pontes e viadutos duvidáveis.

Ao analisar os dados socioeconômicos dos diferentes rios, pode-se perceber claramente a distinção de como são as diligências ocasionadas em cada trecho dos rios, que se encontram em distintos cenários sociais, deduzindo que a prática de preservação dos mesmos acontece a partir da demanda do mercado imobiliário, preferencialmente. Tanto os trechos do Rio Maranguapinho, do Rio Ceará e grande parte do Rio Cocó apresentam-se poluídos, com as margens ocupadas por grupos populacionais que não possuem condição de estarem locados em outros espaços e que são conscientes dos riscos que correm, permanecendo pela ausência de possibilidades. Nota-se que a partir das condutas analisadas, os moradores de áreas de riscos dos rios fortalezenses encontram-se vulneráveis aos riscos ambientais e sociais que são motivados, tais como drogas, violência, inúmeras doenças (como dengue e a de chagas) e as enchentes.

Fortaleza ocupa a colocação de quarta maior cidade do Brasil concentrando a maior densidade do Estado em uma área de aproximadamente 314 km<sup>2</sup>. Apesar de sua dimensão não ser colossal, a cidade possui um complexo sistema ambiental de diferentes paisagens e características geomorfológicas distintas em um mesmo território, fazendo com que seu inventário ambiental seja amplo. Fortaleza possui nos dias atuais mais de 40 lagoas e importantes parques e praças para a cidade, tanto em valores ambientais como históricos e culturais. Vale ressaltar que em 1968, 65,79% dos seus 314km<sup>2</sup> eram ocupados por áreas verdes originais. Em 1990, 16,64%;

e em 2002, 7,06%. Apenas 34 anos depois, sua cobertura vegetal original encolheu 63%, conforme os dados do Inventário ambiental de Fortaleza (FORTALEZA, 2003).

No que condiz sobre as lagoas fortalezenses são que as mesmas localizam-se dispersamente no território e muitas já até desapareceram a partir da falta de interesse público e consequente soterramento e usos inapropriados. Observa-se ainda o descaso e falta de apoderamento tanto da população em reivindicar o seu direito pelo espaço coletivo e tanto do poder público em ofertar a urbanização e preservação das mesmas. Poucos são os exemplos de lagoas com infraestrutura básica, de limites ajustados, equipamentos urbanos coletivos e com medidas de preservação, sendo as lagoas da Parangaba e de Messejana as que mais se aproximam de tal realidade.

Adversamente à essa situação podemos destacar a situação singular de uma lagoa, conhecida como "lagoa do Colosso", cuja função coletiva encontra-se comprometida por estar em um imponente complexo de lazer privatizado. Muito se contesta sobre os limites desse território privatizado e se a lagoa estaria ou não englobada e ainda a exclusiva permissão da construção de todo o complexo nas margens da lagoa contradizendo a lei de preservação de áreas verdes somado a existência frequente de grandes eventos e festas que ali realizam-se.

Se observa de uma maneira geral o esquecimento e não uso das principais lagoas em prol da população e quando faz-se está equacionada dentro de uma lógica segregatória e socioespacial no território intraurbano da cidade sendo o principal promotor e facilitador das ações, o próprio poder público.

Em relação às praças na cidade pode-se verificar a partir de mapeamentos que possui uma elevada quantidade em bairros de melhor poder aquisitivo, estas também dispendo de superiores qualidades de equipamentos e estado construtivo e de manutenção. Quando se compara também os parques urbanos nota-se que as relações de ponderação, preservação e de oferta de atividades de ócio são muito mais evidentes nos parques dos bairros nobres, como o próprio Parque do Cocó, que se instala em uma situação muito superior de que qualquer outra área verde da cidade, equivalendo também um dos metros quadrados mais caros de Fortaleza.

Com isso é inerente, que até o desenho urbano juntamente com a conjunção dos locais disponíveis para as práticas sociais e de lazer estão intimamente relacionadas de como as pessoas vivem e se reproduzem socialmente, explicitando novamente como Fortaleza é abusivamente segregada socioambientalmente.

Outras práticas que vem acontecendo em Fortaleza desde a criação do Estatuto da Cidade é a constituição de Operações Urbanas Consorciadas em muitas das "áreas verdes" da cidade, com o discurso de recuperação ambiental mas que na verdade são operações que valorizam demasiadamente às construções futuras que serão localizadas nesse mesmo entorno recuperado.

A partir do que foi relatado compreende-se que a maioria dos espaços ambientais tais como rios, campos dunas e boa parte da orla marítima em Fortaleza encontram-se em estado de intempérie pelos seus altos graus de poluição, estado de conservação e impenetrabilidade desfavorecendo seu valor material e imaterial e de uso para a população. Porém ao analisarmos

amplamente o território fortalezense, verifica-se ecossistemas isolados que estão em adequadas condições de conservação.

Esses espaços verdes são apropriados e conservados a partir de uma lógica etilista de produção espacial da cidade, com a finalidade de criar zonas com privilégios de localização, sendo o próprio grau de urbanização e preservação indicadores de recursos para o valor da terra diferenciado e construção de zonas de atração turísticas de dimensão global, mesmo que por muitas vezes ocorra a expulsão de moradores sem condições e historicamente instalados e benfeitoria das classes de maior poder aquisitivo ao desfrutar do processo de preservação ambiental.

A frequente produção do meio urbano ambiental desequilibrado de Fortaleza muito relaciona-se com essa prática constante de reprodução de ecossistemas conservados como forma de zonas diferenciais do tecido comum da cidade, onde investimentos públicos de infraestrutura e acessibilidade são sempre presentes e aforados, enquanto grande parte da cidade não possui acesso aos serviços básicos.

A problematização ainda se agrava aos percebemos que a produção desses ecossistemas preservados meticulosamente no território é praticada por alianças público privadas desenvolvimentistas, indagando-se de como as políticas públicas estão relacionadas no processo de produção da cidade e questionando suas consequências sociais. E muito pode-se interpelar sobre situações e medidas urbanas em Fortaleza que foram se reproduzindo como trata o artigo, e faz-se perguntar se as concentrações de dedicação política estivessem nas zonas ambientais mais debilitadas alguém duvidaria que teríamos uma cidade menos desigual em níveis ambientais e sociais.

O que observa-se e concretiza-se é que a ineficiente prudência no processo de produção social do meio ambiente urbano de Fortaleza fez com que maioria do seu inventário ambiental composta por blocos de dunas, lagoas, mangues, rios e praias fossem apropriados a partir do transcurso preservacionista de congregações hegemônicas da cidade reproduzindo-a consoante aos seus interesses e consequentemente danificação dos recursos naturais baseados nesses princípios. Em Fortaleza os conflitos de terras ainda se agravam mais devido também às suas heranças na época do coronelismo, onde se foi herdada grandes quantidades de glebas às influentes e importantes famílias na época e que obtém o direito dessas propriedades e consequentemente poder de especulação imobiliária até os dias atuais.

A cidade cujo interesses hegemônicos estão estabelecidos é resultante da diligência do Estado em promover a modificação da natureza para ser produtiva no que condiz as práticas urbanas. Já os espaços que restam e não apresentam valor para o mercado são exatamente os que se encontram em precárias condições de produção social. Assim é configurada a desequilibrada ocupação e urbanização de Fortaleza, onde se exemplifica a disputa entre lugares entre atores desfavorecidos e o mercado imobiliário, que tenta se prover de áreas com valores ambientais após a ocupação informal, ao perceberem que estes pontos podem ser rentáveis ao mercado. E antes estes mesmos pontos foram ocupados devido a falta de infraestrutura e ímproba ocupação.

## **5. O SURGIMENTO DO SOCIOAMBIENTALISMO NO BRASIL E SEUS REFLEXOS EM FORTALEZA**

Ao observarmos amplamente as consequências normativas provocadas pela globalização no Brasil, se constata que o meio ambiente é abalizado como empecilho à reprodução econômica baseados em um sistema conservador e desenvolvimentista, que como consequência acarreta retrocesso de políticas sociais e leis ambientais nos últimos 30 anos, flexibilizando os direitos coletivos e singulares do território.

À medidas que corrompem territórios, leis e a individualidade social expande-se danosamente à extensão de terras, havendo o restringimento dos direitos coletivos e da própria identidade coletiva de grupos mais vulneráveis socialmente, como a população ribeirinha, indígena, quilombola, afrodescendentes, povos e comunidades tradicionais, raízes culturais do nosso país, dos quais direitos foram instaurados em 1988 com a Constituição Federal.

Com o modo de produção de crescimento urbano baseado em uma repartição econômica e socioambiental desigual a problemática ambiental vem crescendo e tornando-se cada vez mais complexa com o favorecimento de medidas suscitadas pelo tecnicismo e cientificismo ao almejarem a corroboração de grandes negócios e projetos que atinjam preferencialmente o circuito global. A intenção em desenvolver um arquétipo de crescimento urbano baseado na ideia de um singular “meio ambiente de todos” é cada vez mais desacreditada a partir do cenários de ambientes e territórios próprios e precificados.

O socioambientalismo brasileiro, “nasceu na segunda metade nos anos 1980, frutos das articulações políticas entre movimentos sociais e o movimento ambientalista” (SANTILLI, 2009; SANTILLI, 2009; p. 217). O movimento revelou-se em um momento de redemocratização.

Com a participação do Brasil em conferências ambientais, e principalmente a das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992, a Eco-92, fortalece os conceitos socioambientais a intervirem na legislação a partir de documentos internacionais assinados servido de referências fundamentais para o direito ambiental internacional, pautando a concepção de novas políticas ambientais e sociais no mundo.

O Brasil define suas políticas públicas a partir da constituição de seis áreas primárias: gestão de recursos naturais, agricultura sustentável, cidades sustentáveis, redução das desigualdades sociais, infraestrutura e integração regional, a ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Acrescenta-se ainda o fato de que a cada participação em eventos ambientais internacionais, o Brasil ambiciona as suas metas de melhorias e indicadores ambientais, mesmo sem tomar medidas eficientes para alcançá-las.

Em Fortaleza, o movimento socioambiental nasce a partir da década de 70, reivindicando a criação e delimitação do Parque do Cocó (NOTTINGHAM, 2006), sendo uma iniciativa da elite esse primeiro movimento ecológico da cidade tendendo-se a se torna popular. O movimento ficou conhecido como SOS Cocó, buscando a preservação e criação do parque. Nesse primeiro momento, a partir da conjuntura de importantes agentes como entidades científicas locais e nacionais, assim como apoio da Universidade Federal do Ceará, a cidade consegue importantes conquistas ambientais, como a criação do Parque Adahil Barreto, a Área de Proteção do Rio Ceará e a área de Proteção do Rio Cocó.

Com o passar dos anos os movimentos socioambientais foram se fomentando e criando novas frentes de atuações em diferentes territórios da cidade, tais como Movimento SOS Lagoas, Movimento pelo Parque Ecológico Parreão, Movimento Proparque, Movimento Pró-Parque Lagoa de Itaperaoba, Movimento Pró-Parque Rachel de Queiroz, Movimento pela Revitalização do Polo de Lazer da Avenida Sargento Hermínio, o Núcleo de Defesa do Meio Ambiente Sabiá Branca, Movimento pelo Pulmão Verde do Siqueira, o Movimento pela Área Verde do Conjunto Jardim Sumaré. Em contrapartida, o poder público se mostrara insuficientemente sensibilizado pelos direitos coletivos em questões, assim como também grande parte da população ainda é escassamente engajada, sendo as principais causas da pouca efetivação de políticas socioambientais em Fortaleza.

Nota-se que preferencialmente as ações ambientalistas mais resistentes consistem de lutas por ecossistemas que possam trazer meios de promover a cidade a partir do turismo, atraindo visitantes em escala nacional e internacional, justificando que as dimensões de ações de preservação ambiental são bastante superiores em territórios com vantagens locais para a especulação imobiliária ou dotados de zonas com acessibilidade e infraestrutura.

A demanda de movimentos ambientais, por exemplo, no Parque do Cocó e Beira Mar são muito superiores de quaisquer outros recursos naturais na cidade, o que nos mostra um padrão de ambientalismo desunido de suas causas sociais e de maioria de sua cidade, concluindo que os movimentos ambientalistas vem sendo ajustados à prática desenvolvimentista logrando a proteção de uma parcela mínima de recursos ambientais “de valor” para Fortaleza.

Como Harvey (1996) expôs que no se refere a agenda ambiental há diversas distinções de relações diretas com a posição que elas ocupam na estrutura socioeconômica, fundamentando em aspectos de gênero, classe ou localização espacial justifica-se a necessidade de compreensão que cada indivíduo terá prioridades de causas ambientais a empenhar-se. Se observarmos o que se é exposto na Agenda 21 e em organizações internacionais, exemplifica-se que as prioridades ambientais ditas internacionais são resultantes das demandas ambientais das nações mais ricas e desenvolvidas no contexto global, como problemas relacionados a devastação de grandes florestas e as mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável. Porém se for pensando a real necessidade socioambiental da maioria da população mundial, concentraria em ações e medidas socioambientais nas grandes zonas periféricas e por maioria dos países subdesenvolvidos.

A consciência ao retratar esse dinamismo socioambiental ou a falta do mesmo, não é desimportar ou importar alguma causa ambiental específica, independente da escala que se encontra, mas sim alertar o que vem sendo produzido, não espontaneamente, e reivindicar a causa dos mais necessitados tentando levar a ser analisada como um causa complexa ao nível global, pois da mesma maneira que Fortaleza vem sendo produzida desequilibradamente em termos socioambientais outras cidades pelo mundo sofrem com processos equivalentes.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de urbanização contemporâneo de Fortaleza é resultante de uma multiplicidade de condutas sociais de primórdios históricos que construiu as peculiaridades da



cidade que se tem hoje. O legado histórico de sua urbanização assim como as distinguidas intervenções sociais situaram Fortaleza como metrópole regional na conjuntura do Nordeste e como uma das capitais mais segregadas em contexto nacional. Os relatos expostos no artigo possibilitaram indagar sobre a dinâmica do desenvolvimento urbano contemporâneo em Fortaleza, evidenciado o surgimento e engrandecimento de conflitos ambientais urbanos e os consequentes embates nos distintos recursos naturais e territoriais, observando a coação praticada pelo poder público aliados a grupos privados sobre comunidades urbanas de baixa renda, principalmente de povos tradicionais.

A propensão do processo de produção do meio ambiente urbano de Fortaleza favorece os agentes sociais mais abastados, criando um ciclo recorrente de produção de desigualdades socioeconômicas no espaço intraurbano da cidade, constatando uma problematização crônica de representatividade política em domínios ambientais e sociais.

Há a grande necessidade em compreender e conscientizar um novo posicionamento do Estado, não se fazendo possível que com suas irrisórias promessas econômicas sustentadas em seus argumentos de investimentos prioritários iludam a maioria da população. Os dados são evidentes quando nos mostram os índices de violência, de desemprego, de quantidade de áreas de riscos e pobreza em Fortaleza, não justificando sua urbanização turística e econômica efetivadas, mostrando manifestamente que estas são atreladas à própria reprodução de tecido desigual interurbano, favorecendo certos recortes da cidade e parcelas da própria sociedade ou à respostas eleitorais, quando são necessárias e estratégicas.

Carecemos compreender nossa natureza social, que é preliminarmente advinda de uma cultura individualista que somos a cada dia, mais induzidos a reproduzir, assimilando uma premência na busca de atos (re)democratizadores coletivos almejando a formação de grupos de força coletiva e com poder de decisão e discussão para os conflitos da cidade.

É somente com a sensibilização e início de uma base crítica social com princípios coletivos que se pode almejar a busca por novas condutas formais para a representação do Estado, investigando novas políticas legais e efetivas para os territórios.

Tenho como crença que a educação e o início do micro planejamento possam ser aliados nesse processo de evolução na formação social e ambiental, no sentido de efetivar a escola como real equipamento público e orientador de causas, reflexões e ações e o micro planejamento em se partir da discussão do que acontece no seu cotidiano, compreendendo seu bairro, fortalecendo suas convicções e força social empenhando na construção de núcleos conscientizadores e que possam lograr na busca por uma nova representação do Estado para com a sociedade como um todo. Os espaços públicos e as próprias áreas verdes, os verdadeiros patrimônios das cidades, se façam presentes no processo de construir melhores cidades, efetivando seu papel de espaços democratizadores buscando territórios mais equilibrados socioambientalmente.

## **7. BIBLIOGRAFIA**

ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. Capítulo Conflitos Ambientais - A atualidade do Objeto. p.7.

BERNAL, M. C. C. A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

BENACH, N., SÁNCHEZ, F. “Políticas urbanas y producción de imágenes de la ciudad contemporánea”. In: Seminário Internacional Ciudad y Comunicación, *Anais ...* Equador: Flacso, set.1998.

COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL. E-cadernos CES 17, 2012, @cetera: 164-183.

COMPANS, R. “A emergência de um novo modelo de gestão urbana no Rio de Janeiro: planejamento estratégico e urbanismo de resultados”. In: VII Encontro Nacional da ANPUR, 1997. *Anais... Recife: s.n., 1997. p.1721-34.*

D'AGOSTO, M. C. Construindo consensos: conflitos na privatização de áreas públicas residenciais na cidade do Rio de Janeiro e as novas leis para parcelamento e uso do solo urbano. Dissertação (Mestrado) – IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. Inventário ambiental de Fortaleza: diagnóstico versão final. Fortaleza, 2003. 1 CD ROM.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Imagem da cidade ou Imaginário Sócio-Espacial? Reflexões sobre as relações entre espaço, política e cultura, a propósito da Praia de Iracema. Revista Ciências Sociais, v.42 n1/2 2001.

HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec. 1980. Capítulo 5. Valor de Uso, Valor de Troca e a Teoria do Uso do Solo Urbano. p. 131-166.

HARVEY, D. “From Managerialism to Entrepreneurialism: the Transformation in Urban Governance in Late Capitalism”. *Geografiska Annaler*, 71B(1), p.3-17, 1989.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Tradução Maria Helena barreiros Alves. 2a. Ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MATOS, O. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. In: \_\_\_\_\_. História viajante: notas filosóficas. São Paulo: Studio Nobel, 1997. p. 118-127.

PAIVA, Ricardo Alexandre. A metrópole híbrida. Uma perspectiva histórica da urbanização de Fortaleza. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 199.00, Vitruvius, dez. 2016

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo. Hucitec, 1996a.\_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo*. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1996b.

SOUZA, J. M. G. de. Desconcentração de serviços de alto nível em Fortaleza. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2011. 298 p. (Série Teses e Dissertações, n. 22).

MUNFORD, L. *A cidade na história*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

NOTTINGHAM, P. C. *Tempos verdes em Fortaleza: um olhar sobre a experiência do movimento ambientalista (1976-1992)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.